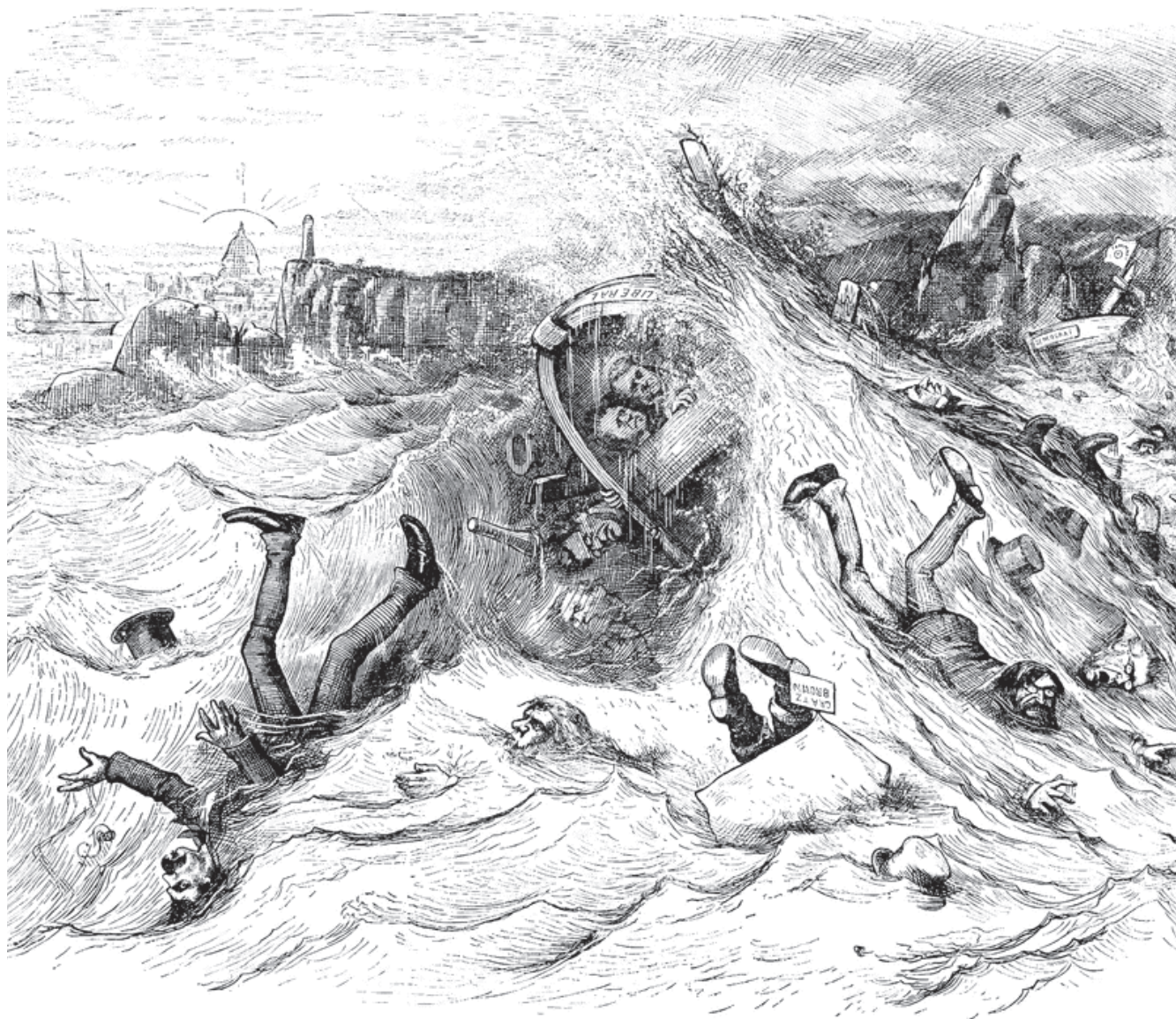


nordês

PERIÓDICO ANARQUISTA

UMHA COLABORAÇÃO ENTRE
ARDORA (S)EDIÇÕES ANARQUISTAS
E COLAPSO ZINES



N15 · SETEMBRO 2019

PICNIC EM BIARRITZ

SOBRE A QUEIMA E O
GENOCÍDIO NA AMAZÓNIA

GREVE DE FOME ROTATIVA

PICNIC EM BIARRITZ

Um novo G7, umha nova provocação. Como todos os anos, os dirigentes do planeta encenam o seu poder lembrando-nos quem manda. Representam a sua protocolar função para nos deixar às claras que, por muita democracia que nos venderem, governar o mundo é cousa de mui poucos.

Às vezes os pobres, os ninguém, os excluídos, os que jamais estarão convidados às orgias do poder, tenhem também a sua representação nas ruas: com barricadas e distúrbios. Lembrando a quem manda que os seus tronos estão feitos de fome, guerras e cadáveres. Às vezes som os encapuçados e os vidros quebrados os encarregados de assinalar que a opulência duns poucos descansa sobre a miséria

da maioria. Por desgraça a cimeira de Biarritz nom foi umha dessas vezes.

A verdade é que a cousa prometia: umha cimeira do G7 no País Basco francês, a tiro de pedra (e nunca melhor dito) da fronteira, no ano de eclosom dos coletes amarelos e o seu vivificante golpe de ar fresco e guerrilha urbana. Mas nom foi assim. Nom estivemos à altura. Os ricos e poderosos representárom a sua função tranquilamente enquanto o colaboracionismo pacifista e laçao impediu-nos aos subversivos aguar-lhes a festa. O rolo pactuado da inócua protesta institucionalizada arrasou com a dissidência contestatária. Um black bloc em horas baixas, incapaz de gerar o seu próprio espaço, foi rapidamente asfixiado entre a repressom policial e o pacifismo totalitário da esquerda domesticada. Um movimento libertário em retrocesso, coibido, amedrontado e demasiado ocupado em devorar-se a si mesmo como para enfrentar-se com o seu inimigo natural, deixou-lho fácil aos apaga-lumes de vocação parlamentar. A protesta, ou foi abortada a tempo, ou transcorreu polos caminhos estabelecidos; o que foi festejado por igual polos líderes mundiais da cimeira e os aspirantes da contra-cimeira.

As tensons entre “pacíficos” e “violentos” no seio das protestas venhem de longo nisto das contra-cimeiras. Eu diria mesmo que estão inscritas no seu próprio ADN.

De facto é da satisfatória resolução dessa dialética da qual depende o sucesso das convocatórias. Dumha banda dota-se ao movimento de infraestruturas, conteúdos e dumha cara visível; que à sua vez é potenciada pola rebeldia da revolta, que outorga legitimidade e centra o foco do mundo na protesta. Porque desenganemo-nos, se nom há distúrbios, nem aos líderes mundiais, nem à imprensa, nem ao comum do cidadão importam nada as nossas mobilizações. De facto umha contra-cimeira pacífica é celebrada como um sucesso até por aqueles contra os que vai dirigida. E assim foi. Grupos parlamentares como Podemos, ou a descafeinada esquerda abertzale (preocupadíssima por mostrar ao mundo o seu compromisso com a paz, os bons costumes e a pressom eleitoral) soubérom impôr um suposto “consenso” de nom violência que moitíssimos dos ativistas ali deslocados jamais acordariam. Assim foi questionado, preferírom mesmo chegar à desconvocatória das ações anunciadas antes do que perder o mango da tijola e faltar aos seus compromissos com polícias e autoridades.

Libertários e anti-sistema fôrom incapazes tanto de suster o tira e afrouxa com os reformistas dentro da organização da contra-cimeira, como de gerar acampamentos, infraestruturas e convocatórias próprias que permitissem desenvolver umha estratégia de confrontação autónoma e eficaz.

A estratégia de amedrontamento despregada polo estado francês, exibindo músculo repressivo através dos meios com anterioridade à cimeira, produziu o seu efeito. Muitos ativistas desistírom de acudir aduzindo que aquilo ia ser umha encruzilhada. A realidade foi outra: o despregamento policial foi mais ou menos o de sempre, do mesmo jeito que a tam cacarejada onda de deportações e detenções preventivas ficou finalmente numha proporção exígua. Mas a estratégia do medo funcionou-lhes, e o número de internacionais chegados até os acampamentos foi bastante mais escasso do que auguravam todas as previsões.

As primeiras protestas já evidenciárom a clara intenção dos organizadores da contra-cimeira de sabotar qualquer conato de rebeldia que pretender desbordar os limites pactuados com a “gendarmérie”. Os ativistas deslocados até o acampamento de Urrugne (único em solo francês) logo se rebelárom frente ao “consenso” de nom violência que pretendia impor a organização. Finalmente a plataforma organizadora desvinculou-se do acampamento (abandonando os alí concentrados) e desconvocou muitas das protestas já programadas. Preferírom centrar-se numha pacífica e descafeinada manifestação por Hendaia (o mais longe possível da zona de exclusom), que lhes reportá-se algum pequeno pé de foto nas mais recônditas páginas dos jornais. Exatamente o que pa-

Às vezes som os encapuçados e os vidros quebrados os encarregados de assinalar que a opulência duns poucos descansa sobre a miséria da maioria.

Por desgraça a cimeira de Biarritz nom foi umha dessas vezes.

tuaram com os estados espanhol e francês... Ninguém morde a mão que lhe dá de comer.

A protesta convocada em Baiona, onde nom havia nenhum acampamento nem lugar algum onde acolher os ativistas, foi um completo fracasso. A dificuldade para aceder desde a afastada Urrugne, os filtros policiais dispostos tanto no caminho como na própria cidade, assim como umha organização confusa e pouco eficiente (nom se fijo público o lugar de saída até poucos minutos antes do começo) contribuírom ao fracasso. Menos dum milhar de pessoas conseguírom reunir-se na Petit Bayonne, cingidos por camions de água e legions anti-distúrbio, tanto a pé como motorizados. As pontes da cidade estavam cortadas, o que impediu a muita gente aceder à

protesta. Os jorros de água, as granadas aturdidoras e a profusão de gás lacrimogêneo enfriaram os ânimos dos manifestantes, chegados até ali com umha mão diante e outra atrás. Bastante tiveram com ser identificados, registados e fotografados várias vezes nos numerosos filtros policiais que se vêm obrigados a atravessar. Ainda que algum espontâneo tentou, sem pessoas, nem meios, nem munição, pouco se pode fazer contra hordas policiais armadas até os dentes e travestidas de robocop. Umha autêntica desfeita.

O único momento que escapou do controlo total (tanto das forças uniformadas como dos seus amigos os pacifistas institucionais) foi a noite da sexta-feira no acampamento de Urrugne: Os bloqueios simbólicos de estradas de terceira regional previstos pela organização foram rejeitados e desbordados pelos assistentes, o que provocou a detenção de mais dumha dia de manifestantes. Encontrons entre encapuçados e anti-distúrbios

que custodiavam as entradas derivaram finalmente na tentativa de invasão policial no acampamento. A improvisada defesa despregada pelos ativistas degenerou numha autêntica batalha campal, que se prolongou durante várias horas. Aos pelotões e ao gás lacrimogêneo responderam com barricadas e pedradas; até que os madeiros, umha vez certos de que os anti-sistema estavam o suficientemente cansados como para não atormentarem em toda a noite, retiraram-se às suas posições iniciais. Todo muito vistoso e muito entretido, pero ao ser no meio do monte, afastado dos núcleos urbanos e sem a presença de jornalistas que o documentassem, ao cabo foi também estéril como um “coitus interruptus”.

O último dia de protestas, já com a “organização” desvinculada do acampamento e as últimas mobilizações desconvidadas por medo ao que puidesse acontecer, só serviu como triste colofão do desastre.

Resultado final: 119 detidos, dos quais mínimo 6 já estariam

a cumprir condenas e outros 53 serão julgados em dezembro. Muito se falou dumha listagem de 500 ativistas internacionais com proibição de permanecer em território francês durante a cimeira, não obstante só 16 foram efetivamente deportados. Assim que, à luz das cifras, não foi tão desproporcionado o controlo de acessos ao país. Nem o número de efetivos policiais, nem a sua contundência foram tão diferentes aos doutras cimeiras. Assim que considero que o fracasso das protestas só se pode achar ao pacifismo imposto pelos organizadores e à incapacidade manifesta dos anti-sistema de encontrarem o seu próprio espaço.

Quanto à esquerda abertzale, Podemos, ATTAC e o resto de convocantes da patética contra-cimeira, conseguiram transmitir nitidamente a mensagem que buscavam: Para mansos e pacíficos eles; e quando se tratar de amansar e pacificar, que não esqueçam chamá-los.



SOBRE A QUEIMA E O GENOCÍDIO NA AMAZÓNIA

Em princípios de agosto começou-se a pôr o foco nos incêndios na Amazónia, concretamente na zona do Brasil. Isto deve-se a que, ainda que esteja a começar a época de lumes -entre agosto e fevereiro-, já se registou no que vai de ano um aumento de lumes de 82% comparado com o ano passado, chegando a perder mais de 700.000 hectares em 18 dias de desatenção e convertendo-se no ano com maior número de lumes desde que começaram a registar-se em 2013, segundo o INPE, ultrapassando os 74.000 lumes desde janeiro.

É “normal” este nível de lumes? Para o povo galego, quem padecemos continuamente as consequências da negligência e cobiça de certos políticos e empresas, nom nos deveria estranhar que a resposta fosse que nom, nom é normal. A continuación veremos quais políticas

mudárom ultimamente no Brasil a maos do líder fascista Jair Bolsonaro, quais motivações há por trás, quais empresas se beneficiam e como afeta isto às comunidades indígenas que habitam na Amazónia.

Podemos começar lembrando que já o ano passado, antes das eleições, Bolsonaro mostrava sem vergonha algunha a sua intenção de botar as comunidades indígenas dos seus territórios. Para isto, levou acabo uns recortes colossais: o Ministério de Médio Ambiente bloqueou 96% dos recursos para a Política Nacional sobre Mudança do Clima, o que supujo um 24% de recortes para o Instituto Brasileiro de Médio Ambiente e de Recursos Naturais (IBAMA), umha das principais entidades estatais para a preservação ambiental. Outro organismo fundamental é o FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que desde o alçamento de Bolsonaro em janeiro, leva funcionando com o 70% do seu orçamento, tendo que deixar em occasions umha soa pessoa para mediar conflitos violentos em partes afastadas do bosque. A maiores destes recortes, substituiu parte da junta do IBAMA por polícia militarizada.

Cumpre dizer que a ministra de agricultura encarregada da política relacionada com os bosques é Tereza Cristina, quem se ganhou o alcunha de Musa do Venezo por acabar com as restrições impostas ao uso dos pesticidas mais tóxicos. Tereza concedeu incentivos fiscais a umha das empresas mais beneficiadas da de-

floresta, JBS; também recebeu doações ilegais para a campanha de Bolsonaro por parte desta mesma empresa.

Aproveitando esta brutal destruição da Amazônia e alentados pelo discurso genocida de Bolsonaro, vários gadeiros e produtores rurais organizaram formalmente um “Dia de Lume” para queimar o sudoeste do estado brasileiro de Pará, casa do povo indígena dos Arara. Isto deve-se a que estas terras arrasadas pelo lume que ficam inúteis para o pastoreio passam a ser empregadas para o cultivo de soja para o gado -umha das principais causas de deforestação no mundo-, fazendo que os rancheiros se adentrem mais no bosque.

Mas, quem são as empresas que mais se lucram deste genocídio? Umha das principais é a mencionada anteriormente: JBS. Esta é a maior empresa de processamento de carne do mundo, que tem umha estreita relação com AgroSB, empresa que lhe abastece carne

a JBS e que tem maa de obra escrava e acusada de deforestação ilegal do bosque Amazônico, ademais de botar comunidades indígenas dos seus lares utilizando pesticidas muito tóxicos. Estas duas empresas já levam contribuindo à deforestação da Amazônia durante anos, mais agora com o apoio de Bolsonaro (quem também é beneficiado economicamente por elas), podem violar todas as leis que queiram com impunidade.

Outra empresa que também é participe na deforestação ilegal e com maa de obra escrava é Cargill, cujo maior cliente é McDonalds, a quem proporciona a soja para alimentar os polos que matam para fazer “nuggets”. Esta última empresa foi nomeada “Pior Empresa do Mundo” por produzir massivamente sem importar-se com as condições ambientais, sendo involucrada também na produção de azeite de palma em Indonésia ou de cacau no Oeste de África.

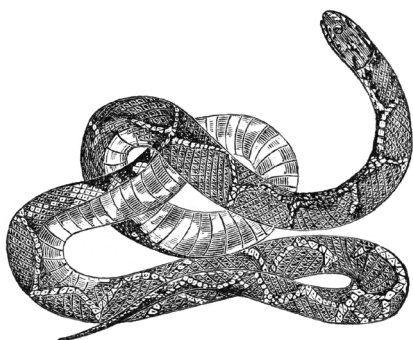
Ademais, há vários depósitos inativos de cobre, ferro e ouro sem explorar dentro de territórios indígenas.

Como curiosidade, neste G7, ofereceu-se umha ajuda de 18 milhões de euros entre Alemanha, Canadá, França, EUA, Japom, Itália e Reino Unido (pura calderilha, si) para sufocar os lumes, mas Bolsonaro rejeitou a ajuda porque Macrom chamou-no mentiroso por não cumprir com os seus compromissos ambientais. Este é o nível.

Por enquanto, várias comunidades indígenas combinaram com Amnistia Internacional para contar que estão a receber ameaças de morte e que a exploração florestal ilegal este ano -desde que começou a presidência de Bolsonaro- está a ser muito mais intensa: as atividades ilegais que polo geral aconteciam de noite agora acontecem de dia, as intrusões que antes eram dum par de dúzias de pessoas agora são de centos. Várias tribos indígenas estão a experimentar os denominados “anéis de lume”: os granjeiros costumam queimar o bosque arredor dos territórios indígenas, quem, se bem sobrevivem ao lume, ficam sem recursos para continuar; recursos também necessários para o resto de espécies animais -algumas em perigo de extinção- que habitam o bosque e que estão a morrer em quantidades imensas ao não conseguirem fugir das lapas.

Dito todo isto, é inegável que o que está a acontecer é umha guerra entre o capitalismo e a natureza, entre a morte e a vida; umha guerra que está a ganhar o poder e a cobiça, pois enquanto uns dizem que é muita terra para tão pouco índio, não reparamos em que são poucos índios para proteger tanta terra.

Não se me ocorre nada a dizer para mitigar esta impotência antes de rematar, só aguardar a que o lume mude de bando.



GREVE DE FAME ROTATIVA

Como continuam dos protestos que começaram há três anos, no passado domingo 1 de setembro começou uma greve de fome rotativa na qual já há uma dezena de presos. Cada preso permanecerá 10 dias de jejum, colhendo o relevo o seguinte, para denunciar a vulneração de direitos fundamentais dentro das prisões.

“Fago esta proposta de que, a partir da primeira quinzena de setembro, em cada cárcere onde nos temos reclusos, começemos cada pessoa uma greve de fome de 10 dias, na qual o pessoal na rua nos coordenasse para não coincidirmos dois presos no jejum e que assim durasse uns meses...” Esta era a proposta que atirava, em finais de maio, José Ángel Martins Mendoza (Peque) numa carta desde o módulo de isolamento da prisão de Picassent, dirigindo-se a todas as pessoas presas em luta ativa em diferentes cárceres do Estado espanhol.

Em 2018 fizeram-se três greves de fome coletivas e uma no passado 1 de maio que derivou numa série de debates com os diferentes grupos de apoio de todo o Estado. Decidiu-se mudar a organização da ação de protesto. As anteriores greves de fome coletivas onde todas as pessoas presas começavam a ação no mesmo dia, planejam-se je-

juns rotativos de 10 dias, é dizer, cada dez dias, uma das pessoas presas que participa na proposta, porá em marcha uma greve de fome numa prisão do país.

O objetivo dos jejuns segue a ser visibilizar as catorze reivindicações da proposta de luta coletiva dentro dos cárceres e especialmente, reclamar a excarceração das pessoas presas com doenças crónicas e incuráveis. Trata-se dum direito básico da população penitenciária reconhecido nos artigos 104.4 e 196 do Regulamento Penitenciário e no artigo 91 do Código Penal, que afeta a dezenas de internas no estado espanhol. Segundo explica Peque na sua carta, “Sabemos que existem numerosos companheiros com doenças graves e incuráveis e sei que por solidariedade, amor próprio e indignação frente à injustiça, realizaram greves de fome por iniciativa própria sem serem pactuadas de forma coletiva, o que eu entendo que são lutas vazias. Muitas ganas e solidariedade, mas se o que desejamos é dar luz ao que está a acontecer com muitos dos nossos companheiros, devemos fazer, segundo o meu ponto de vista, de forma conjunta.” Está-se a referir às greves de fome que levou a cabo Carmen Badía na prisão de Zuera de 54 dias e um mês respetivamente nos últimos meses, para conseguir a sua excarceração por doença grave e incurável. Cumpre lembrar que

Badía continua atualmente no módulo de enfermaria da prisão de Zuera diagnosticada com câncer de mama e com fortes dores corporais.

Nas últimas semanas, diferentes grupos de apoio de todo o Estado encarregaram-se de fazer chegar a mensagem com a proposta a pessoas presas que participam na luta coletiva, e pelo momento, são oito as internas que se têm pronunciado e somado à ação. O último em fazê-lo é Jaime Arias Tinoco desde o centro penitenciário de Lledoners (Barcelona): “Gostaria que comunicádes que eu vou participar na greve de fome rotativa de setembro, todo o que for lutas contra a puta merda destas instituições podeis contar comigo, porque sou contra este sistema que matou amigos meus e que me torturou.”

Enquanto aguardamos mais adesões dentro dos muros, pedimos máxima difusão a todas aquelas pessoas que quiserem dar apoio à greve.

“Aproveito para agradecer-vos a todos, presos, grupos de apoio a presos, famílias, advogados solidários e todas as pessoas individuais, o amor fraternal, a humanidade que desprendedes. Muito obrigado por estardes aí. Axs que somades, axs que multiplicades, obrigado. Axs que fracionades, propiciando dividir a união, desgraças.” Toni, prisão de Estremera (Madri).

JÁ ESTÁ À VENDA “MANCOMUNIDADE. UMA TERRA LIVRE SEM ESTADO”, DE JOÃO EVANS PIM

O livro recolhe “uma proposta libertária fundamentada numa organização comunal do território”. Como o próprio autor desenvolve som “retalhos de uma obra coletiva que está ainda por fazer. Uma constelação de ideias, histórias e desejos que apontam para um jeito distinto de entender uma terra livre.”

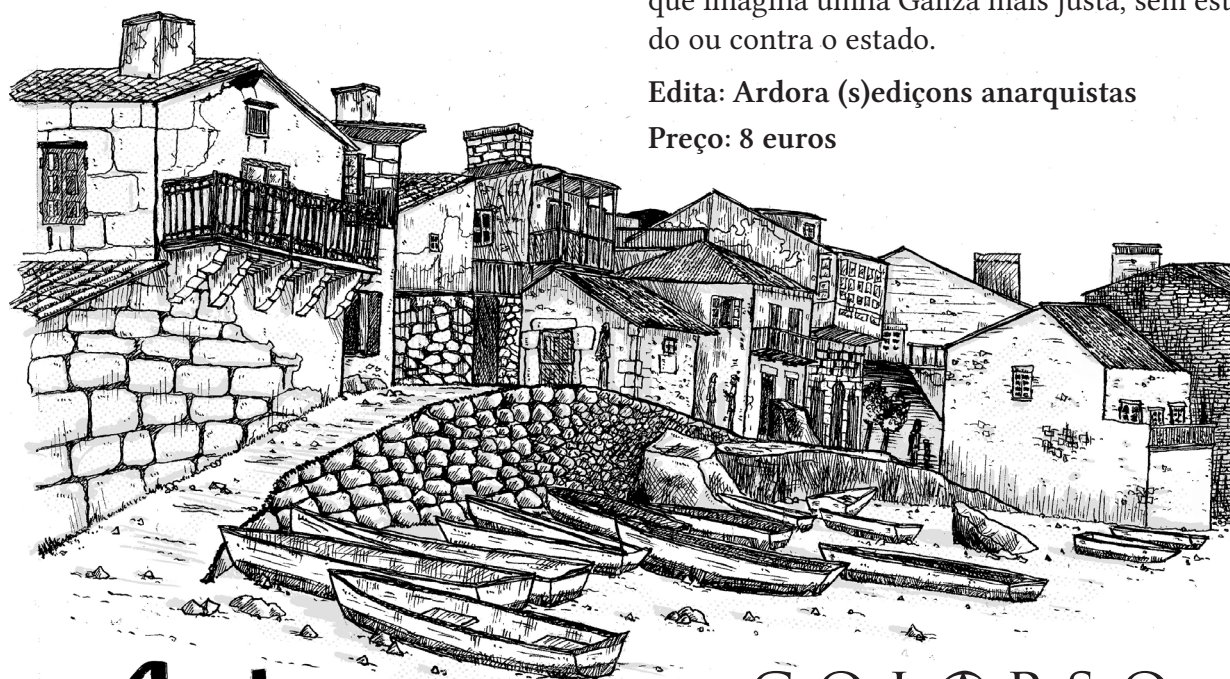
Dividido em três seções principais, o livro chega primeiro a proposta mancomunária como organização política e territorial e a sua aplicabilidade para o caso galego. No segundo capítulo o autor centra a atenção nos antecedentes em relação às comunidades que na Galiza se estruturaram em paralelo ou de costas ao estado, assim como das ideias elaboradas ao respeito para, por último, elaborar uma síntese que explique o sentido da Galiza sem estado.

O prólogo escreve-o Lara Barros, ativista vinculada ao sindicalismo agrário, historiadora e especialista em montes vizinhos, quem acha o livro como “um exercício de liberdade de pensamento”, “sustentado numa liberdade de ação que lhe dá um alto conhecimento de causa”.

O seu autor, João Evans Pim, é labrego e comuneiro nos montes de Lousame. Também é doutor em antropologia, membro do coletivo Véspera de Nada e da Academia Galega da Língua Portuguesa. Esta faceta multidisciplinar reflete numa temática e numa narrativa que fai com que este livro seja um lançamento novidoso no panorama editorial e político galego. Umha proposta com os antecedentes e movimentos sociopolíticos da Galiza presentes, e com a cabeça e as maos num futuro imaginado e, por isso, possível. Mancomunidade é um livro que ajuda a pensar futuros alternativos, que imagina umha Galiza mais justa, sem estado ou contra o estado.

Edita: Ardora (s)edições anarquistas

Preço: 8 euros



Ardora
(s)edições anarquistas

ARDORAEDITORIA.INFO · ARDORA@BASTARDI.NET

COLAPSO
— | ZINES | —

COLAPSOZINES@RISEUP.NET